



Casan

Fórum vai buscar soluções para manter a empresa

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Lício (no detalhe) propôs prazo de 150 dias de suspensão das municipalizações

Parlamentares, Casan, integrantes do Ministério Público e da Federação Catarinense dos Municípios buscarão formas, juntamente com o governo do Estado, para manter a estatal de água e saneamento. Com o fim dos contratos, os municípios estão assumindo ou terceirizando os serviços antes prestados pela Casan.

O Fórum Permanente, cuja criação foi sugerida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) e deta-

lhada pelo progressista Lício Mauro da Silveira, foi aprovada durante audiência pública realizada na noite de quarta-feira (28). Seus integrantes terão cinco meses para apresentar uma solução, prazo que poderá ser ampliado. O encaminhamento é para que, durante este período, as prefeituras que ainda não municipalizaram os serviços, aguardem para avaliar a sugestão do Fórum. "Vamos defender aquilo que já existe", informou o deputado Lício.



Página 7

Pela Paz

Idealizado pela Associação dos Magistrados Catarinenses, o projeto *Agente da Paz*, direcionado a crianças e adolescentes, foi lançado no último dia 22 em audiência pública solicitada pela deputada Ana Paula Lima (PT), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. A proposta - já desenvolvida em escolas públicas de Itajaí -, é construir, através de ações pedagógicas, uma cultura voltada para a paz.



Escolas participaram do lançamento em Plenário

Página 5

Projeto para micro e pequenas empresas terá acompanhamento

Foi instalado, durante sessão solene realizada na noite de terça-feira (27), o Fórum Parlamentar que vai acompanhar a deliberação do Congresso Nacional acerca das propostas para uma Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Os deputados José Carlos Vieira (PFL), Manoel Mota (PMDB), Paulo Eccel (PT), Jorginho Mello (PSDB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão

(PP), Odete de Jesus (PL) e Altair Guidi (PPS) e um representante da Uvesc (União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina), integram o Fórum. A sessão foi requerida pelo deputado José Carlos Vieira (PFL) para homenagear a Fampesc (Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina) pelos seus 20 anos de fundação.

Página 6

Deputados querem solução pacífica para questão fundiária

Com a criação do Fórum Parlamentar Permanente proposto pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), a Assembléia Legislativa vai acompanhar diretamente a questão envolvendo a demarcação de terras indígenas nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

Página 6

Começa a tramitação do novo Código de Ética dos Legislativos

O deputado Celestino Secco (PP) apresentou em Brasília, no dia 22, a proposta do Código de Ética que deve ser adotado por todas as Assembléias Legislativas. O projeto foi elaborado por uma comissão especial da União dos Legislativos Estaduais presidida por Celestino, e já iniciou sua tramitação nas comissões:

Página 4

Antes que seja derramado

A capacidade e o empreendedorismo do produtor rural catarinense está mais uma vez à prova, com a recente crise do setor leiteiro. O valor pago pelo leite entregue na propriedade anda em queda livre, e a rentabilidade totalmente prejudicada. Aquela que nos últimos anos tornou-se uma das mais atrativas atividades econômicas, agora ameaçada, está a merecer a devida atenção, sob pena de prejudicar, talvez de modo irreversível, bacias leiteiras que dão a Santa Catarina a condição de Estado onde a produtividade é elevada.

Recentemente, os produtores voltaram a interromper rodovias no Oeste, protestando contra ganhos considerados abaixo dos custos de produção. Preferiram dar leite de graça à população, como a mostrar que a atividade está se tornando insustentável. A crise se agravou justamente num momento delicado, o da entressafra, quando a produção já é menor.

As reivindicações dos produtores e lideranças incluem o preço mínimo que julgam ser adequado à atividade, disponibilização de linhas de crédito para estocagem nas cooperativas e juros compatíveis para financiar aquisições de animais, melhorar instalações e adquirir equipamentos. Também querem que as in-

dústrias informem previamente o preço de referência para pagamento do produto, o controle e fiscalização das importações de produtos lácteos e a redução das importações. Pedem, ainda, uma campanha de valorização e ampliação do consumo de leite nacional, além da compra emergencial de produtos lácteos para os programas sociais.

Esta pauta foi apresentada em reunião da Consagro (Comissão Setorial da Cadeia Produtiva de Leite e Derivados do Agronegócio), quando se fixou o prazo ao governo federal, até o final de setembro, para encontrar uma saída ao setor, em especial aos produtores, que já ameaçam ocupar as indústrias de beneficiamento.

A crise leiteira é tema delicado, por envolver uma das únicas atividades que garante renda mensal permanente às pequenas propriedades. Além disso, tem reflexo nas comunidades, pois influi na queda do movimento do comércio em muitas cidades.

Já tem gente pensando em deixar a atividade, o que será muito ruim para o Estado. Se o campo enfrenta dificuldades, amanhã a consequência pode ser o inchaço urbano causado pelo êxodo rural. E aí já não adianta chorar pelo leite derramado.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB)

Momento ímpar

De repente, parece que definitivamente a esperança deu lugar ao medo – A política nacional entrou em um torvelinho que, com certeza, vai acabar colocando quase todos nós, os políticos, dentro da vala comum aos olhos do cidadão do povo. Se a seqüência de escândalos deixa aturdido quem acompanha a política, é fácil imaginar o estrago que ela causa na cabeça daquelas pessoas mais humildes.

Talvez nunca na história de nosso país tenha ocorrido uma situação de tal magnitude. Mas também nunca ocorreu uma oportunidade – ímpar como a de agora – de se mudar completamente a face e o espírito da política brasileira. Porém, mudar de fato, não aquela mudança construída e vendida pelos ilusionistas do marketing para emplacar um partido e seu candidato.

Os gregos antigos já diziam que é do caos que vem a ordem, e não é à toa que a palavra crise, que tem sua raiz também no grego, significa crescimento.

Tudo é humanamente compreensível em relação ao que está ocorrendo, embora profundamente lastimável e digno de nosso total repúdio. O que não deve ser aceitável, em hi-

pótese alguma, seria o nosso acomodamento perante esse quadro.

A crise está posta e esperando de cada um de nós, muito especialmente dos políticos, uma resposta urgente. É a grande oportunidade que temos de sanear o país, resgatar a verdadeira política com P maiúsculo, punir os maus políticos e estimular os bons. É o momento da verdade do país, quando, aí sim, poderemos construir a nossa verdadeira identidade nacional, muito mais a cara da nossa gente, do que esta “outra realidade”, colocada e que merece ser refutada de pronto.

Nós, políticos, temos a obrigação maior. Cabe a nós a árdua tarefa de reconstruir a política, de mostrar à sociedade que não existe outro caminho, a não ser o da democracia, que felizmente nem todos os políticos são iguais e que os maus elementos constituem uma exceção.

É preciso restabelecer a crença, a confiança das pessoas no sistema representativo, e isso precisa ser feito a partir de agora.

Se não soubermos aproveitar as lições desta crise política, então com certeza não terá valido tanto sofrimento da nossa gente.

Deputado Valmir Comin (PP)

Bicentenário de Jerônimo Coelho é comemorado em Laguna

O patrono da imprensa e da Maçonaria de Santa Catarina, Jerônimo Coelho, será lembrado em atos que marcam o início das comemorações do bicentenário de seu nascimento, programados para o dia 30, às 19 horas, no Laguna Tourist Hotel, na praia do Gi, em Laguna. A solenidade, na qual o governador Luiz Henrique da Silveira vai instituir a Comissão do Bicentenário, tem o apoio de diversas instituições como a Prefeitura de Lagu-

na, SDR de Laguna, ACI (Associação Catarinense de Imprensa) - Casa do Jornalista, Academia Catarinense de Letras, Assembléia Legislativa.

Além da assinatura do ato pelo governador, a cerimônia terá a palestra do desembargador e professor Norberto Ungaretti sobre a vida e a obra de Jerônimo Coelho, assim como a instalação da Diretoria Regional da ACI, em Laguna, com a posse do jornalista Márcio Carneiro. (RV)

Livro conta histórias de famílias catarinenses

O livro *Origem de Famílias Importantes – História e Genealogia*, de Ester Macedo, foi lançado no dia 28, no hall da Assembléia Legislativa.

Ester Ferreira de Macedo, formada em administração pela Esag, é empresária e pesquisa, desde 1998, informações sobre

a origem de sua família e da de seu marido. Os dois são descendentes de europeus, que migraram para Santa Catarina em 1750. Nesta obra, a autora resgata todo o passado familiar, deixando para os descendentes informações importantes sobre sua origem. (TK)

Agenda

Dia 3, 19h – Homenagem ao centenário da empresa Bebidas Leonardo Sell, de Rancho Queimado

Local: Plenário

Dia 4, 19h – Concessão de título de Cidadão Catarinense a João Rodrigues e Ulisses Vicenzi

Local: Plenário

Dia 5, 8h – Exposição da Divisão de Documentação da Alesc

Local: Hall da Alesc

Dia 5, 19h – Ato de lançamento do livro *De Desterro a Florianópolis*, em comemoração aos 111 anos da mudança de nome da capital

Local: Plenário e Hall da Alesc

Dia 6, 19h – Lançamento da revista *Sports Adventures Girls*, de Juliana Pacheco

Local: Hall da Alesc

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira

Edição: Cleia Maria Braganhoio e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanek, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychn e Stela Martins

Revisão: Verlaina Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Igreja é homenageada na Assembléia

(foto Carlos Kilian)

A Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo, ao completar 50 anos de existência, foi homenageada pelo Legislativo na noite do dia 22, em sessão solene. A proposição foi da deputada Odete de Jesus (PL), que transformou a solenidade num evento simples, mas concorrido, com a presença de integrantes de várias igrejas evangélicas, como Assembléia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Quadrangular, Igreja da Paz, Renascer em Cristo, Palavra Viva e Igreja Batista.

Odete de Jesus fez um relato da história da Igreja O Brasil para Cristo, enfatizando que, ao longo desses 50 anos, tem sido um bom exemplo para todos os evangélicos e de fé em seu fundador, o missionário Manoel de Mello, até hoje lembrado e respeitado por todas as denominações religiosas. "Foi em 1955 que o missionário pernambucano, que desde os 11 anos já pregava a palavra de Deus como poucos, deu um grande passo para a concretização do importante Movimento de Avivamento Espiritual no Brasil, que tinha como objetivo evangelizar e levar a salvação, a libertação e a cura em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo a todas as criaturas", observou.

A parlamentar ressaltou



Representantes da Igreja receberam placa comemorativa das mãos de Odete

que "seu povo", hoje, pode se orgulhar dessa história que mostra o valor da fé em Deus e a força do trabalho de evangelização, tão necessária nesses tempos de violência e de falta de amor ao próximo e a Deus. "Cada um dos pastores e dos obreiros da Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo merece nosso reconhecimento, principalmente pelo trabalho de levar a palavra de Deus aos aflitos e sofredores", registrou.

O representante nacional da igreja homenageada, após receber a placa comemorativa ao jubileu, agradeceu a Santa Catarina, ao seu povo, aos deputados e em especial à parlamentar autora da proposição, dedicando a solenidade aos pastores e obreiros que há 50 anos vêm mantendo acesa

a chama de visão da igreja.

O pastor Roberto Carlos Figueiredo fez a apresentação com o instrumento de sopro milenar denominado chofar, um berrante feito de chifre de carneiro, cujo toque é um ritual muito antigo e somente é executado em ocasiões muito especiais. Participaram também da solenidade o secretário executivo da Secretaria de Articulação Estadual, Lírio Rosso, o coronel PM Antônio Moacir Pereira, o vereador de Florianópolis e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Alceu Nieckarz, o presidente da Convenção Estadual da Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo, Dorvalino Perondi, e o pastor da Igreja em São José, Ildo Albino da Luz. (CA)

Florianópolis sedia encontro de ouvidores

De 28 a 30 deste mês, a capital catarinense sediou o X Encontro Nacional de Ouvidores/Ombudsman, evento que debateu o papel e a atividade desses profissionais. Realizado com o apoio da Assembléia Legislativa, foi aberto para profissionais, estudantes e demais interessados nos temas propostos pela instituição.

A ABO/SC (Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman de Santa Catarina) congrega os profissionais que exercem atividades de ouvidor/ombudsman e colaboram na criação de ouvidorias, valorizando-as como instrumento de aprimoramento democrático e defesa dos cidadãos. Uma das finalidades é



Eleonor Mekari, presidente da Associação

colaborar com autoridades e a comunidade em assuntos de interesse público e promover o intercâmbio cultural e social e de ex-

periências com suas congêneres no Brasil e no exterior. "Com a realização deste X Encontro, a ABO dá um grande salto e ampliar suas atividades", enfatizou Eleonor Mekari, presidente da Associação. Eleonor trabalha como ouvidora no CRECI/SC (Conselho Regional dos Corretores de Imóveis). Com um amplo conhecimento no setor, Eleonor disse que o trabalho de uma ouvidoria é fundamental tanto nos órgãos públicos como no setor privado, pois tem como objetivo solucionar os problemas ou questionamentos que chegam à empresa. (TM)

Parlamento disponibiliza as leis estaduais na Internet

As leis estaduais podem ser facilmente acessadas por qualquer cidadão. O endereço da Assembléia Legislativa na Internet disponibiliza todas as leis para consulta on-line. São cerca de 13.500 leis, criadas entre os anos de 1947 e 2005, disponíveis para acesso. Além do texto, estão disponíveis informações como o projeto que deu origem à lei, bem como o autor da proposta e a data da publicação no *Diário Oficial* e no *Diário da Assembléia*. Também são informadas todas as alterações sofridas pela lei.

O banco de dados da legislação catarinense foi criado a partir do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o governo do Estado e a Assembléia Legislativa, através do Decreto nº 4.391, de 30 de março de 1994. O termo previa a uniformização, consolidação e disponibilização da legislação estadual para consultas. A uniformização consistia na adequação das leis à Lei Complementar nº 66/92, que ditava as normas para a elaboração e redação das leis. A LC nº 66/92 foi revogada pela LC nº 208/01, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração das leis e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Já o processo de consolidação, previsto no termo de cooperação, consiste em condensar em uma só lei as várias leis que tratam do mesmo assunto. "Está em construção a etapa de consolidação virtual, com o objetivo de sugerir à Mesa um projeto que contemple as leis que foram mais alteradas ou o assunto que é disciplinado em várias leis",

explicou Vera Lúcia Farias, que coordena o trabalho do banco de dados.

A atualização, conforme ela, é constante. Também são disponibilizadas informações sobre ações de inconstitucionalidade. Vera Farias destaca que o trabalho, desenvolvido pela Divisão de Documentação da Assembléia, tem o apoio técnico da Procuradoria da Casa e da Consultoria Legislativa.

Estão disponíveis as leis que entraram em vigor a partir de 1947 porque os anos anteriores a esse período foram marcados pela ditadura do Estado Novo. "Até 1946, tivemos várias constituições e golpes de Estado. Por isso, a legislação estava sempre mudando. No período de Getúlio Vargas, o Parlamento não tinha atuação significativa", lembrou. O Estado Novo, período de ditadura do governo Vargas, foi de 1937 a 1945. Em 1946, foi promulgada a nova Constituição, no governo de Eurico Gaspar Dutra. "A longo prazo, queremos recuperar toda a legislação de Santa Catarina do período anterior a 1947, que ainda está em vigor", afirmou Vera Farias.

A iniciativa da Assembléia foi apresentada por Vera Farias no Infoimagem, realizado entre os dias 13 e 15 de setembro, em São Paulo, segundo maior evento do mundo sobre Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

O banco de dados está disponível no endereço <http://www.ale.sc.gov.br>, clicando no ícone *Leis Estaduais*. O banco de dados possui um sistema de busca, onde o usuário pode procurar a lei que deseja digitando o número da lei ou uma palavra-chave do documento. (MAP)

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assembléia

INFORMES

20:00 18:11 - Voto final de escócia de Pedro Ozari para diretório estadual
20:00 18:00 - Ponticali denuncia irregularidades em eleições do Estado
20:00 16:07 - Kistler entrega o momento político
20:00 17:58 - Brasil convide para evento do PMDB

INFORMES

Antônia de Barros
Escola do Legislativo
Com. Legiti. Participativa
Interleg
Banc. Nel
Rede Governo
Clipping

TV AL

On Line
Rádio Aleac
On Line

At. Notícias
Informações atualizadas sobre
95
aplicativos
no Referendo
Catarinense (4)

Coordenadora das Comissões
Acompanha o Relatório das Proposições de 1 Semestre de 2005

DISPONÍVEL - Formulário de Emendas ao PL 0105.9/2005 - LDO

Agenda Aleac - eventos e reuniões
maio (4)

At. Notícias
Informações atualizadas sobre
95
aplicativos
no Referendo
Catarinense (4)

Legislativos estaduais terão Código de Ética unificado

(foto divulgação)

Empenhada em promover a ética na política, conscientizando os deputados estaduais para o seu real papel perante a sociedade, legislando em favor da população e não visando a interesses pessoais ou de grupos, a Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais) lançou, no último dia 22, a Campanha Nacional da Ética na Política. O presidente da comissão especial que elaborou o modelo de um Código de Ética unificado, deputado Celestino Secco (PP), apresentou na Câmara dos Deputados, em Brasília, o documento que prioriza sete preceitos constantes na Carta aos Brasileiros, enfatizada pelo presidente da entidade, José Távora (sem partido/RJ), e que trata do resgate da dignidade do

mandato popular, promovendo a moralização do meio político.

O Código deverá ser adotado por todos os Legislativos e pela Câmara Distrital. "Desde que a diretoria da Unale assumiu essa bandeira, ela é tida como prioritária. Na ocasião, não vivenciávamos esses tristes acontecimentos que são registrados na política em âmbito nacional. Para isso, procuramos desenvolver um documento com linguagem uniforme, depois de analisar o que cada Assembléia tinha em termos de código de ética. Esse código é apenas um instrumento, mas apresenta duas ferramentas básicas, que são a transparência dos atos procedentes e de comportamento e o controle soci-

al a ser exarado por esses atos transparentes."

Segundo ele, a proposição já foi encaminhada para a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Casa, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), que deverá constituir uma Comissão Parlamentar Especial para fazer a adequação do texto de que Santa Catarina já dispõe.

Os deputados José Carlos Vieira (PFL) e Simone Schramm (PMDB) acompanharam o parlamentar progressista no evento. (CA)



Deputado Celestino Secco apresentou o projeto em sessão especial em Brasília

O novo Código

Deveres

- Controle social da atividade parlamentar pela utilização de mecanismos tecnológicos;
- Fim do nepotismo até o caráter de parentesco ao nível de segundo grau;
- Regulamentação do processo disciplinar no caso de falta de ética e decoro parlamentar;
- Criação da Comissão Permanente de Ética que conduz o processo parlamentar, aprova emendas ao código e promove cursos preparatórios sobre a ética;
- Estabelecimento de desconto na remuneração quando estiver ausente o parlamentar nas sessões ou Ordem do Dia sem motivo justificado.

Direitos

- Permissão de licença por maternidade ou paternidade adotiva;
- Permissão de licença de 90 dias do exercício do mandato para cuidar de saúde de ente da família do parlamentar;
- Os parlamentares não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

Proibições

- Receber qualquer tipo de doação, benefício ou cortesia de grupos econômicos ou autoridades públicas;
- Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se do exercício do mandato;
- Firmar ou manter contrato com órgão ou empresas públicas, sociedade de economia mista ou empresa concessionária ou permissionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Assembléia lança Parlamento Jovem

Em entrevista coletiva na tarde de terça-feira (27), o presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), apresentou a programação e os objetivos do *Programa Parlamento Jovem em Santa Catarina*. Nascido de proposição da deputada Ana Paula Lima (PT), o Programa será coordenado pela Escola do Legislativo e destinado aos alunos do ensino médio de todas as escolas públicas e particulares do Estado. O Programa pretende conscientizar e educar os jovens sobre as atividades legislativas.

Secco informou que no dia 18 de outubro, em sessão plenária, será realizado um sorteio para definir as escolas participantes da primeira

edição do projeto. "Serão sorteadas cinco escolas de cada região, e cada uma terá oito deputados jovens", explicou o parlamentar. Os representantes serão eleitos após a visita de uma equipe da Escola, que vai orientar o processo.

O deputado considera o jovem muito mais transparente que o adulto e capaz de levantar idéias e questionamentos importantes para o desenvolvimento do país. "Cada deputado jovem vai trabalhar em cima dos princípios sociais e de interesses dos cidadãos. Após esse trabalho, eles irão participar de uma sessão ordinária para debater os assuntos abordados e, se julgarem importantes, serão encaminhados para as comissões específicas", frisou. (TM)

Escola promove cursos

Nos dias 3 e 4, a Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Celestino Secco (PP), vai estar em São Lourenço do Oeste, Noroeste catarinense, desenvolvendo o *Programa de Capacitação do Legislativo Municipal*, destinado aos vereadores, assessores parlamentares e servidores das câmaras integrantes da Acanor (Associação de Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina).

A equipe da Escola chega a Chapecó, Oeste do Estado, no dia 5, onde promove o curso sobre Técnicas de Ar-

quivo, também tendo como público alvo servidores e vereadores das Câmaras da Associação das Câmaras Municipais da Região Oeste do Estado de Santa Catarina - Acamosc.

No dia 6, será realizada a segunda etapa do *IPrograma Regional de Formação de Agentes Políticos*. O evento contará com a presença do deputado Herneus de Nadal (PMDB), 1º vice-presidente da Assembléia Legislativa. Pela manhã, o tema tratado será *A Comunidade Virtual do Poder Legislativo*, com palestrante da Secretaria Espe-

cial do Interlegis, do Senado Federal. Em seguida, serão discutidos a *LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária)*, *PPA (Plano Plurianual Municipal)* e *LOA (Lei Orçamentária Anual)*. Os dois acontecimentos acontecem no auditório da FIE (Faculdade Exponencial).

As inscrições para todos os eventos são gratuitas e as vagas limitadas. Informações na Escola do Legislativo por fax (048) 221-2916 ou por telefone (048) 221-2828 ou 221-2952. Pela internet no endereço eletrônico www.alesc.sc.gov.br/escola/. (MAG)



Parlamento engaja-se em pacto pela paz

Com a meta de substituir a cultura da violência por uma cultura de paz foi apresentado no dia 22, no Plenário Osni Régis, o projeto *Agente da Paz*, durante audiência pública requerida pela deputada Ana Paula Lima (PT), presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, atendendo solicitação da Associação dos Magistrados Catarinenses, idealizadora da proposta.

Já desenvolvido nas escolas de Itajaí, o projeto inclui ações pedagógicas tanto no âmbito das escolas quanto nos demais espaços comunitários disponíveis. Além disso, prevê a instituição da *Semana da Paz*, no período entre 5 e 12 de outubro, em âmbito estadual, com a realização de diversas atividades voltadas para a temática da cultura da paz, entre elas um movimento pelo desarmamento infantil e/ou materialização de qualquer ato praticado pela criança e adolescente em prol da paz. Para institucionalizar o *Agente da Paz*, a Associação encaminhou projeto ao Legislativo, que está sob análise da Comissão de Legislação Participativa, criada especialmente para receber proposições provenientes da sociedade organizada.

Semente - Como classificou a presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, deputada Ana Paula Lima (PT), o projeto é uma "semente singela plantada em solo fértil", já que seu foco está na construção de uma nova cultura entre os jovens. "A paz se conquista através do exercício da tolerância, da solidariedade e do di-

álogo. Temos a vontade, os meios e os instrumentos. Temos muito trabalho para fazer e agora só depende de nós", sintetizou a parlamentar.

De acordo com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, o catarinense Rodrigo Colaço, o *Agente da Paz* integra a Justiça e a cidadania em busca da democracia e foi pensado como estratégia de aproximação entre juízes e sociedade civil. "É um grande pacto catarinense pela paz."

Coordenadora do projeto, a juíza Sônia Moroso disse que o que se busca, em primeiro lugar, é integrar a sociedade a partir do ambiente escolar, proporcionando ao público infanto-juvenil o estímulo para que pratique um gesto em favor da paz. "É um projeto que veio para ficar. Temos que abrir nossos corações para essa nova corrente e atingir as crianças e os adolescentes com essa nova idéia", disse Sônia. Ela ainda disse que uma "carteirinha de agente pela paz" será entregue a cada criança ou adolescente praticantes de atos em favor da paz.

Escola - A representante da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Rosane Campos Dutra, argumentou que a pedagogia tem papel essencial no processo de substituição da cultura da violência pela da paz. "A escola possui fundamental função social para garantir não apenas o aprendizado didático, como conhecimento de cidadania para formação humana. Acredito que projetos como este só tendem a fornecer subsídios para que as crianças aprendam que violência só gera mais violência". (GMP/TK)



Alunos de escolas públicas ocuparam as cadeiras dos deputados para acompanhar o lançamento

Transformação exige união de todos

Dalva Rhenius (PFL), vereadora de Itajaí, comentou que seu município se sente honrado em ter sido o escolhido para começar a desenvolver o projeto. "Já enviei à Câmara Municipal projeto de resolução que institui a *Semana da Paz* entre os dias 5 e 12 de outubro. Assim como os magistrados, acredito que só através da sensibilidade da juventude poderemos promover a paz no mundo."

Para a promotora de Justiça, Helen Crystine Sanchez, a sociedade está colhendo a violência que ela mesma plan-

to e o projeto *Agente da Paz* veio agregar esforços para a reversão do quadro atual. "O Ministério Público também agregará esforços para o êxito do projeto."

O coordenador-geral do Conselho Estadual da Criança e Adolescente, Osmar Dettmer, informou que o SUS gasta por ano cerca de R\$ 200 milhões para atender as vítimas de violência, que no ano passado somaram 45 mil. "A criança e o adolescente têm o direito de nascer e crescer em uma cultura de paz e para isso preci-

samos construir justiça social."

A FMSS (Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho) foi representada por Miguel Minguilo, que garantiu seu apoio ao projeto. "Parcerias são fundamentais para projetos importantes como este darem certo e nos colocamos à disposição."

Após a participação do público, que usou a tribuna para fazer manifestações a favor da paz, a sessão foi encerrada ao som da banda da Polícia Militar, que movimentou as crianças que participavam do evento. (GMP/TK)

Aprovada abertura de crédito ao TJ

Abertura de crédito especial em favor do Tribunal de Justiça, no valor de R\$ 440 mil, e de crédito suplementar no valor de R\$ 670 mil em favor do Fundo de Reparelhamento da Justiça, foi aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Também foi admitido o Projeto de Lei Complementar nº 36/05, de origem governamental, que prorroga as contratações em caráter temporário no Porto de São Francisco do Sul.

Durante a reunião, o deputado Joares Ponticelli (PP) solicitou diligência para que sejam atendidos os artigos 14 e 16 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) referentes ao Projeto de Lei nº 333/05, que trata de cargos de provimento efetivo para o grupo de segurança em atendimento ao sistema de atendimento ao adolescente infrator e Projeto de

Lei nº 334/05, que também estabelece cargos de provimento efetivo para o grupo de segurança em atendimento ao sistema prisional da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 34/05, governamental, que trata da concessão de gratificação por dedicação exclusiva aos diretores das escolas da rede pública estadual que funcionam em três turnos, àqueles que exercem função gratificada de supervisor geral dos Cedups (Centros de Educação Profissional) e aos que desempenham a função de assessor de direção. Segundo o parlamentar, as três matérias não possuem a estimativa de impacto financeiro para os próximos dois exercícios e nem o esclarecimento do ordenador financeiro das despesas quanto às fontes de recursos para suprir estes valores. (SD)

Vereadores pedem audiência para discutir atividade leiteira

Os vereadores que integram a Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agricultura e Meio Ambiente da Câmara de Seara, Oeste catarinense, pediram à Comissão de Agricultura e Política Rural da Casa, a realização de uma audiência pública para discutir a situação vivida pelo setor no município. A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), reuniu-se no dia 28 para discutir o assunto.

Conforme os vereadores, o objetivo é buscar uma solução para a atual situação enfrentada pelo setor, devido à queda nos preços registrada nos últimos meses. A atividade ocupa o segun-

do lugar na economia de grande parte dos municípios daquela região e significa, para muitas famílias, 100% de seus rendimentos.

Caramori vai discutir o assunto com a Fetaesc (Federação dos Trabalhadores de Agricultura) e a Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) para verificar encaminhamentos já existentes. "Essa crise pode agravar ainda mais os problemas na agricultura e contribuir para o êxodo rural", alertou Caramori.

Também participaram da reunião os deputados Gelson Sorgato (PMDB), Gelson Merísio (PFL) e Francisco Küster (PSDB). (GMP)

Finanças aprova extinção de taxa

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Wilson Vieira -Dentinho (PT), aprovou a proposta do deputado Onofre Agostini (PFL), que visa extinguir a cobrança da taxa para desarquivamento de processos judiciais. O valor dessa taxa, atualmente, é de 4 URCs (Unidades de Referência de Custas). Os parlamentares admitiram ainda os projetos de lei que tratam de contratação temporária e prestação de serviço voluntário de salvamento aquático; alteração do Plano Plurianual 2004/07

para construção de obras rodoviárias (SC-458, trecho Celso Ramos/BR-470, km 23) e a contratação temporária de servidores da saúde no Estado.

Foram aprovadas ainda as cessões de uso de imóvel para hotel de trânsito para a Polícia Militar e a municipalização do Ginásio Saul Oliveira, ambos em Florianópolis, e a doação de imóvel para regularização de ocupação do Centro Social Urbano em Joaçaba, Secretaria de Desenvolvimento Regional em Lages e ocupação de imóveis em Rio Negro. (SD)

Fórum vai acompanhar tramitação da Lei Geral das micro e pequenas empresas

Durante sessão solene realizada na noite de terça-feira (27) e aberta pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), foi instalado o Fórum Parlamentar que vai acompanhar as deliberações do Congresso Nacional acerca da proposta de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Os deputados José Carlos Vieira (PFL), Manoel Mota (PMDB), Paulo Eccel (PT), Jorginho Mello (PSDB), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Odete de Jesus (PL) e Altair Guidi

(PPS) e um representante da Uvesc (União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina), integram o Fórum. A sessão foi requerida pelo deputado José Carlos Vieira (PFL) para homenagear a Fampesc (Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina) pelos seus 20 anos de fundação.

No dia 8 de junho, anteprojeto de lei elaborado pelo Sebrae foi entregue aos presidentes da República, Lula da Silva, do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), e ao então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE). Elaborada a partir de sugestões feitas por 6 mil empresários de todo os Estados, a proposta prevê tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às micro e pequenas empresas. Estabelece e regulamenta estímulos e incentivos, como a criação de um sistema unificado para o pagamento de tributos, redução da burocracia para a abertura, funcionamento e baixa de empresas, maior acesso às compras governamen-

tais, a serviços financeiros adequados, às exportações e à inovação tecnológica.

Em maio, foi constituída uma Comissão de Análise composta por deputados federais e membros do Executivo para analisar todas as matérias em tramitação que tratam do tema. O anseio do Monampe (Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa), de acordo com Floriani, é que a proposta do Sebrae se transforme num substitutivo global ao projeto 210/04, pois já contempla todos os objetivos da categoria.

O Projeto de Lei Complementar nº 210/04, de autoria do Executivo, que modifica o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, é relatado pelo deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR). O projeto tramita apensado ao PLC nº 123/04, do deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA), também sob relatoria de Haully, que reduz a carga tributária e a burocracia. Além do projeto do deputado Jutahy, ao qual foi pensada a proposta

do governo alterando o Estatuto da Micro-empresa, mais quatro projetos de iniciativa parlamentar tramitam apensados à matéria e estão em análise em comissão especial. Todos prevêem medidas para estimular a formalidade - como redução da tributação e da burocracia para a abertura e fechamento de empresas - e a inclusão previdenciária de empresários e empregados do setor. (MAP)



José Carlos (ao microfone) pediu a sessão, presidida por Julio Garcia (ao fundo)

Sessão comemora aniversário

O Legislativo realizou sessão solene, proposta pelo deputado José Carlos Vieira (PFL), na noite de terça-feira (27), pelos 20 anos de fundação da Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas. As primeiras associações a surgirem em Santa Catarina foram a AMPE (Associação das Micro e Pequenas Empresas) de Blumenau e a Ajorpeme (Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa). "Com a fundação da Fampesc, em setembro de 1985, criou-se uma corrente de ligação entre as associações locais, ou seja, todos começaram a lutar pelo mesmo objetivo", contou o deputado José Carlos Vieira.

A entidade tem atuação ativa na implantação das organizações de microcrédito do Estado, que já emprestaram mais de R\$ 200 milhões. Em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de

Apoio às Micro e Pequenas Empresas), estimulou a criação de cursos de capacitação para os empresários. Também coordena e promove missões internacionais. "As micro e pequenas empresas representam 98% das 4,1 milhões de empresas formais nos setores de indústria, comércio e serviços, respondendo por 20% do PIB do país e empregando 45% da força de trabalho que possui carteira assinada", sintetizou José Carlos Vieira.

O presidente da Fampesc, Clóvis Ferreira, enfatizou que a missão da entidade é de ser uma instituição representativa, buscando o desenvolvimento e a integração das empresas.

Luiz Carlos Floriani, integrante do Conselho Deliberativo da Federação, lembrou que muitas pessoas tornaram-se micro ou pequenos empresários depois de se deparar com a falta de emprego no mercado de trabalho. (MAP)

Homenageados

Os ex-presidentes da entidade (Pedro Cascaes Filho, Sílvio Rangel, Eldo João Jung, Haroldo Neitzke e Luiz Carlos Floriani) e o atual presidente, Clóvis Ferreira, foram homenageados com placas pelo trabalho desenvolvido na Fampesc. As placas foram entregues pelos deputados Manoel Mota, líder do PMDB, Sérgio Godinho (PTB), Dionei Walter da Silva (PT) e Antô-

nio Ceron (PFL), pelo presidente da SC Parcerias, Vinícius Lummertz da Silva, que no representou o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e pelo superintendente do Sebrae/SC, Carlos Guilherme Ziguelli.

Clóvis Ferreira também recebeu placa em homenagem aos 20 anos da Federação, das mãos do deputado José Carlos Vieira. (MAP)



Clóvis Ferreira, presidente da Fampesc

Deputados acompanharão questão fundiária no Oeste

Com a aprovação em Plenário, no dia 27, da proposta do deputado Herneus de Nadal (PMDB), a Assembleia Legislativa passa a acompanhar diretamente as questões fundiárias envolvendo agricultores e indígenas da região do Gleba do Araçá, área que abrange os municípios de Cunha Porã e Saudades, através de um Fórum Parlamentar Permanente.

Conforme explicou o autor da proposição, despacho do presidente da Funai, de 15 de setembro, deflagrou o processo de criação de uma reserva indígena na área, baseado em relatório produzido por

uma antropóloga. A fase seguinte é a de contestação do laudo antropológico, cujo resumo foi publicado em anexo ao despacho do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes.

O parlamentar também está reivindicando que os agricultores que residem na região que poderá ser reconhecida como reserva indígena integrem a comissão especial instalada no último dia 26, em cerimônia no Centro Administrativo do Estado. A Comissão Especial Interinstitucional tem como objetivo oferecer sugestões para as

questões indígenas do Estado. Sua instalação obedece à Portaria nº 1.400, do Ministério da Justiça, publicada no *Diário Oficial da União* em julho de 2005. A Comissão será coordenada pela Funai e tem entre seus membros representantes do Ministério da Justiça, governo do Estado e dos povos indígenas.

Secular - "O processo de colonização do Oeste catarinense iniciou-se em 1910 e atingiu a região de Araçá na década seguinte, quando os guarani passaram a ser pressionados pela ação da Companhia Territorial Sul Brasil,

sucessora da Companhia Oeste Catarinense. Em 1923, uma parte das famílias de Araçá mudou-se para Nonoai, no Rio Grande do Sul, onde viviam alguns parentes e formaram as aldeias Passo Feio e Mbaracá Mirim", diz trecho do resumo do estudo antropológico.

Os agricultores ocupam o local há quase um século, segundo o deputado. Ele reconhece que as nações indígenas foram injustiçadas no país. "Mas desalojar agricultores que compraram as terras não estabelece o senso de justiça." (MAP)



Deputado Herneus, que propôs o Fórum

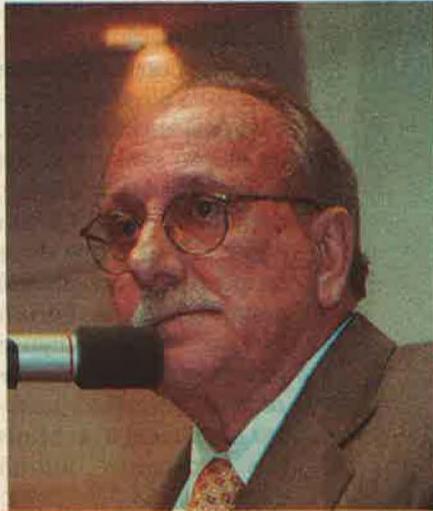
Casan: proposta para manutenção começa a ser formulada

Denise Arruda Bortolon
Graziela May Pereira
Magda Audrey Pamplona
Tatiana Kinoshita

Audiência pública coordenada pelas comissões de Saúde, presidida pelo deputado Onofre Agostini (FL), e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos, presidida na oportunidade pelo deputado Paulo Eccel (PT), aprovou, na noite de quarta-feira (28), a criação de um Fórum Permanente com a participação da Assembléia Legislativa, Ministério Público, Fecam (Federação Catarinense de Municípios) Casan para buscar soluções, num prazo de 150 dias, que permitam a manutenção da estatal. O Fórum foi sugerido pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho



Deputado Dentinho



Walmor de Lucca, presidente da Casan

tinho (PT) e detalhado pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP),

Participaram o presidente do Sintae (Sindicatos dos Trabalhadores em Água e Esgoto), Odair Rogério Silva, o representante da CUT, Volnei Chucuri, o presidente da Casan, Walmor de Lucca, seu diretor administrativo, Laudelino Bastos, o diretor do Departamento Jurídico, Leo Rese, e o engenheiro da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), José Homero Finamor Pinto. O Fórum terá 150 dias, prazo que poderá ser ampliado, para apresentar uma proposta. Neste período, será sugerido aos municípios que ainda não municipalizaram os serviços que aguardem para avaliar os resultados do trabalho do Fórum.

Gestão compartilhada já funciona em Indaial

O modelo de gestão compartilhada entre a Casan e o município de Indaial foi apresentado pelo secretário de Saneamento Ambiental do município, Alberto Sell. O convênio entre a Casan e o município foi assinado em fevereiro de 2004. Uma das vantagens, segundo ele, é que o município pode continuar contando com a mão-de-obra e a experiência dos profissionais da Casan.

A partir da assinatura do convênio, foi criado o Conselho de Saneamento Ambiental, que define as políticas de saneamento e os investimentos a serem feitos no sistema. O Conselho é formado por 14 pessoas (sete da prefeitura e sete da sociedade civil). O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental é abastecido com 50% do lucro líquido da Casan no município e com recursos de financiamento. Todos os recursos são usados única e exclusivamente em investimentos no saneamento.



Alberto Sell: parceria funciona

Segundo Sell, o patrimônio gerado a partir desses investimentos passa a ser do município.

O presidente da Casan, Walmor de Lucca, também defendeu a gestão compartilhada, modelo que, segundo ele, foi proposto pelo atual governo. Como os investimentos em sistemas de esgoto sanitário têm alto

custo, de Lucca não acredita que os municípios tenham recursos para implantá-los. De acordo com ele, entre 1994 e 2002 a Casan acumulou déficit. Em 2003, a empresa registrou lucro de R\$ 18 milhões e de R\$ 21 milhões, em 2004. "Só nos primeiros seis meses de 2005 já foram R\$ 29 milhões de lucro", informou. Com a municipalização e a privatização dos serviços em alguns municípi-

os, a empresa não deve mais gerar esse lucro.

O deputado Paulo Eccel (PT), muitos municípios não querem saber da gestão compartilhada e estão municipalizando os serviços. Eccel também reclamou da falta de interesse do governo estadual. O deputado Francisco Küster (PSDB) alertou para a falência das municipalizações.

Trabalhadores defendem parceria entre Estado e Município

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Tanto a CUT como o Sintae apóiam o modelo de administração compartilhada entre o município e o Estado, criando um Conselho deliberativo com a sociedade organizada e um Fundo Municipal de Saneamento, que funcionaria com a receita arrecada em cada cidade.

A municipalização, conforme o presidente do Sindicato, Odair Rogério Silva, está inviabilizando a sobrevivência da empresa, que perdeu a arrecadação de 13 municípios, entre eles Joinville, Tubarão, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Lages, Timbó, Fraiburgo e Tapema, que já privatizou os serviços. Entretanto, Indaial optou pela administração compartilhada. "A arrecadação da Casan passou de R\$ 33 milhões para cerca de R\$ 20 milhões, algo em torno de 20% da receita", informou.

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) acredita que o programa de saneamento apresentado pela própria Casan pode salvar a empresa. O programa prevê o financiamento de 390 milhões de dólares para a ampliação da rede de esgoto sanitário. "Isso aumentaria para 45% a cobertura de saneamento no Estado", disse ele durante a sessão plená-



Odair Rogério Silva, presidente do Sintae e Volnei Chucuri, representante da CUT

ria de quinta-feira (29). Hoje, a média no Estado é de 10%. O parlamentar explicou que a primeira etapa do projeto prevê um financiamento de 216 milhões de dólares: 129 milhões do Japan Bank International for Cooperation; 65 milhões como contrapartida do governo federal, via BNDES, e 21 milhões da Casan, tendo o Estado como fiador.

Os juros para o pagamento dos recursos do banco japonês seriam de

0,75% ao ano, com prazo de pagamento de 40 anos e carência de 10 anos. "Técnicamente, o projeto está aprovado", assegurou Dentinho.

Privatização - O representante da Central Única dos Trabalhadores, Volnei Chucuri, afirmou que, em que vários municípios - sob o pretexto de que a empresa não presta serviços adequados -, a prefeitura sai do sistema da Casan e terceiriza ou privatiza os serviços de

água e saneamento.

A terceirização, enfatizou, é pior que a municipalização, pois a empresa privada compra metas de nível de saneamento e água. Caso estas não sejam cumpridas, o MP (Ministério Público) pode agir diretamente na empresa. Na terceirização, o MP só pode agir interpelando a prefeitura. "Defendemos a administração compartilhada. A terceirização é o caminho para a privatização", disse.

De acordo com Odair Silva, a estatal ainda não demitiu nenhum servidor, mas nos municípios em que os contratos foram rescindidos, os trabalhadores foram transferidos. "Precisamos que o governador paralise esta ação, pois ele está se omitindo", desabafou o presidente do Sindicato, ao pedir que Luiz Henrique da Silveira intercedesse junto às prefeituras, para que, por pelo menos 180 dias, os processos de municipalização fossem suspensos.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), ponderou que a municipalização não depende do governador e sim de cada prefeito. "O mais sensato a fazer é trazer a Fecam (Federação Catarinense de Municípios) e o maior número de prefeitos possível para discutir o assunto".

Ponticelli cobra manutenção da Serra do Rio do Rastro

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, exibiu em Plenário, na tarde do dia 27, reportagem realizada pela RBS/TV, na qual a emissora denuncia as péssimas condições de tráfego na Serra do Rio do Rastro. O parlamentar vai requerer uma audiência pública para questionar, junto à Secretaria da Infra-estrutura, Ministério Público, conselhos municipais regionais e os secretários de Desenvolvimento Regional, por que não houve manutenção no local.

"A Serra do Rio do Rastro está agonizando graças à inveja e à raiva de um governo que não quer cuidar do que o outro governo realizou. Isso é um absurdo", afirmou Ponticelli e questionou a

descentralização, já que várias SDRs (Secretarias de Desenvolvimento Regional), como as de Criciúma, Lages e São Joaquim, poderiam requerer a manutenção da rodovia.

Em aparte, o deputado Valmir Comin (PP) comentou ser inadmissível que uma estrada tão importante, atração turística da região, seja tratada com tamanho desdém pelo governador do Estado.

Para o líder do PFL, Antônio Ceron, a situação está "calamitosa". "Esta é uma importante obra de infra-estrutura que precisa apenas de manutenção. Os comerciantes da região já estão sofrendo com a redução no tráfego dos carros, pois os motoristas estão evitando a Serra", informou. (TK)



Progressista apresentou vídeo com reportagem

(foto Carlos Kilian)

Assis diz que situação do Congresso é preocupante

A renúncia de Severino Cavalcanti (PP/PE) do terceiro cargo mais importante da República, a presidência da Câmara dos Deputados, representa para o deputado Francisco de Assis (PT) a falta de credibilidade dos políticos, "que estão com os projetos parados porque precisam se defender das acusações ao invés de defender os interesses dos brasileiros".

"Como podem votar em alguém que saiu porque estava prestes a ser cassado?", comentou Assis da tribuna, na sessão de quinta-feira (22), ao lembrar o que aconteceu com o atual senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), que renunciou para não perder seus direitos políticos e foi vitorioso nas últimas eleições.

O salário dos deputados, bem como a estrutura dada a eles não permite que um parlamentar se sujeite a receber propina de um dono de restaurante, na opinião de Assis. "Esta atitude envergonhou a todos. Entretanto, Severino não é culpado sozinho, tem também o dono do restaurante, Sebastião Buani, que cedeu à corrupção".

Um maior investimento na educação seria a melhor forma de corrigir o que o parlamentar considera um desvio de conduta. Melhorar a educação dos brasileiros mudaria os rumos da Nação, acredita. "Severinos também são os parlamentares que votaram nele. A Justiça também teve sua parcela de culpa, quando o Ministro Nelson Jobim aumentou o prazo de defesa para os acusados de participarem do esquema do mensalão. É necessário que a Câmara dos Deputados tome um novo rumo, recupere o tempo perdido sob o comando de Severino e eleja alguém com um espírito mais dinâmico que não nos envergonhe".

O deputado Antônio Carlos Vieira-Vieira (PP) assinalou em aparte, que Cavalcanti chegou à presidência com votos do PT. "Alcançou o cargo da mesma maneira que o deputado João Paulo Cunha (PT/SP). Este é um momento de cautela, é preciso repensar a posição dos políticos, inclusive dos jovens que virão. O PT rachou pela metade. Metade foi com um, e metade foi com outro", comentou o progressista. (DAB)

Caramori é contrário ao desarmamento

O assalto à casa do vereador Aclício de Campos (PP), vice-presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, foi apontado pelo deputado Reno Caramori (PP) como um dos motivos de manifestar-se contrário ao desarmamento e ao fim do comércio de armas. "Isso me preocupa muito. Nem o vereador, que é conhecido por toda a sociedade, é respeitado mais. Não temos como nos defender. E justo agora numa época em que estamos discutindo a proibição do comércio de armas e munição", argumentou na sessão plenária de quinta-feira (30).

O parlamentar referia-se ao referendo do desarmamento, que acontecerá no dia 23 de outubro, quando a população irá votar se é a favor ou não da comercialização de armas de fogo e munição. "Eu me questiono muito sobre esse referendo. É importante refletir muito sobre o assunto porque sabemos que o marginal não compra arma legalizada. Ele compra uma arma de muito mais potência no câmbio negro. O cidadão estará deixando suas portas abertas se votar a favor", disse Caramori.

A casa do vereador Aclício foi invadida na noite de segunda-feira por três homens que fizeram a família como refém. Jóias, roupas, R\$ 1.300 e o carro foram levados. (GMP)

Ana Paula reivindica R\$ 28 milhões para a BR-470

Moção proposta pela deputada Ana Paula Lima (PT) pleiteando a inclusão de R\$ 28 milhões no Orçamento da União, de 2006, para a aplicação em manutenção, recuperação e sinalização da BR-470, foi aprovada em Plenário no dia 21. "A moção será apreciada pelo relator do Orçamento, deputado federal Carlito Merss (PT/SC), que disse ser possível. Também será encaminhada ao Fórum Parlamentar Catarinense (composto por todos os deputados federais e senadores do Estado) e ao Ministério dos Transportes", informou a deputada.

Depois da BR-101, conforme a deputada, a BR-470 é a mais movimentada, com um tráfego de cerca de 19 mil veículos por dia. A rodovia estende-se de Navegantes, no litoral norte, até Campos Novos, na divisa com o Rio Grande do Sul, totalizando 359 quilômetros.

Encontro - Ana Paula também lembrou do 2º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, realizado em Blumenau nos dias 16 e 17, do qual participaram cerca de 600 pessoas. Juizes, promotores, advogados e funcioná-



Ana Paula: moção direto ao relator

rios de diversas comarcas discutiram desde o direito de crianças e adolescentes a uma família adotiva, aos aspectos jurídicos, à reação da escola e da sociedade diante da adoção e a situação das mães que entregam seus filhos para adoção. Também foi lançado o cadastro único de famílias e abrigos para agilizar os processos. A deputada, que é mãe adotiva, preside desde maio o Fórum Parlamentar de Adoção, criado em 2003. "Nosso compromisso no Fórum é a luta pela redução do tempo de permanência das crianças e adolescentes nos abrigos à espera de uma família que os acolha", declarou. (MAP)

Deputados querem mais recursos da União para SC

O relator do Orçamento da União para o próximo ano, deputado Carlito Merss (PT/SC), já concluiu a base do projeto. De R\$ 1,7 bilhão destinados para o Estado, R\$ 8 milhões serão para a construção do trecho da BR-282 entre São José do Cerrito e Campos Novos. Entretanto, o valor destinado à rodovia foi considerado um deboche pelo deputado Onofre Agostini (PFL), em declaração na sessão plenária do dia 27. Fazendo coro com Agostini, o deputado Francisco Küster (PSDB) disse duvidar que mesmo os R\$ 8 milhões seriam destinados ao Estado. "As verbas do Orçamento da União para atender Santa Catarina estão muito aquém das nossas necessidades", declarou o peemedebista Herneus de Nadal. Ele aproveitou para apre-

sentar requerimento ao Fórum Parlamentar para a Conclusão da BR-282, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB), pedindo que sejam convocados os integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense (deputados federais e senadores) para uma reunião conjunta em que serão discutidas ações que garantam recursos para obras na BR-282. "Nós precisamos de mobilizações para contemplar reivindicações para Santa Catarina", assinalou.

Segundo o deputado Sérgio Godinho (PTB), existem R\$ 18 milhões no Orçamento da União previstos para aplicação na BR-282 ainda este ano. "Falta apenas o empenho", disse, ao comentar que acabara de receber a informação do deputado Fernando Coruja (PPS/SC). (MAP)

PLENÁRIO

Deputados defendem Knaesel

O deputado Francisco Küster (PSDB) foi o primeiro a sair em defesa de seu correligionário e secretário da Cultura, Tunno e Lazer, Gilmar Knaesel, na sessão plenária do dia 22, seguido por outros parlamentares, argumentando que uma figura política tão importante quanto Knaesel não merece ser arrojado no meio de "um fogo cruzado", no qual seria o único prejudicado. "Como ele não tem tribuna para se defender, os colegas parlamentares o fazem", justificou.

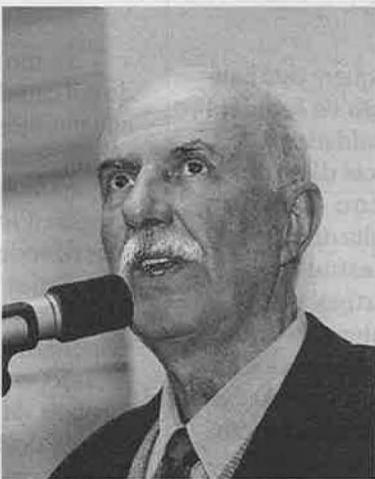
Küster explicou que as críticas resultaram das novas ações que Knaesel pretendia para a sua pasta. "Quando quis trazer algo novo, não a escola de samba, foi um erro." Afirmou ainda que diz "dessa história de fogo amigo". "Amigo não apunhala pelas costas e sim conversa para resolver questões que possam não ter sido compreendidas. Conversei

com o governador Luiz Henrique, que tem enorme apreço por Knaesel e afirmou que seu trabalho está sendo primoroso e por isso, se há fogo amigo, ele deve ser apagado imediatamente", afirmou.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), contou que conhece o secretário desde criança tendo, inclusive, estudado juntos no Colégio Catarinense. "Quero deixar um testemunho de consideração com Knaesel, já que tenho por sua figura um grande respeito, tanto político quanto pessoal".

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) comentou que ambos são da mesma região, o que o faz acompanhar o trabalho do secretário há muito tempo. "Nós do PMDB estamos muito satisfeitos com o trabalho do secretário".

O progressista, deputado



Küster: "amigo não apunhala"

Antônio Carlos Vieira - Vieirão, acrescentou que nenhum parlamentar fez acusações sobre Knaesel. Ele inclusive não sabia do que o secretário estava sendo acusado. "Qual foi o fogo amigo? Só se foi a centopéia de R\$ 80 mil, para representar o Estado no exterior". (TK/DAB)

Nova demarcação de terras é preocupante

Os municípios de Cunha Porã e Saudades, localizados no Extremo-oeste do Estado, estão em alerta depois do decreto do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que define a remarcação de terras indígenas no Estado. "Este decreto trará muitos transtornos para os agricultores e colonos que estão em suas terras há mais de 40 anos e vão ter os seus bens espoliados. Vão fazer com que uma escritura pública perca o seu valor", alertou o deputado Gelson Merísio (PFL) durante a sessão plenária do dia 22. Ele requereu a realização de audiência pública no município de Saudades.

O deputado Onofre Agostini (PFL) lembrou que, quando foi presidente do Legislativo estadual (2000 a 2002), realizou audiência pública com a presença do bispo de Chapecó, dos índios, agricultores, autoridades e lideranças locais para discutir com a comunidade sobre a tribo que teve as suas terras demarcadas. "Foi um grande momento. Após ouvir todos os segmentos da sociedade, ficou decidi-



Merísio quer audiência pública

do encaminhar ao Ministério da Justiça, o conhecimento de que não era justo com o agricultor que comprou sua terra com boa fé, alguns com mais de 70 anos, serem enxotados. Não somos contra os índios, mas foram buscar índios no Rio Grande do Sul e no Paraná, que nem sabiam onde fica Santa Catarina."

Para o deputado Gelson Sorgatto (PMDB), o ato de retirar e reassentar os agricultores trará reflexos para o governo. "Mas o maior reflexo será no governo municipal. Os agricultores estão em uma situação delicada, com uma escritura de muitos anos." (DAB)

Gonçalves relata encontro com bananicultores

O deputado Nilson Gonçalves (PMDB) relatou na sessão plenária do dia 21, o resultado de reunião realizada na terça-feira (20), na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville, com diversos produtores, para discutir encaminhamentos que reduzam a crise vivida pelos bananicultores catarinenses. Nesse encontro, participaram aproximadamente 150 produtores, que junto com técnicos e autoridades avaliaram as alternativas viáveis na solução das dificuldades.

Foi apresentado ao secretário de Agricultura, Moacir Sopelsa, documento com 23 reivindicações, incluindo a obrigatoriedade de destruição das caixas onde a fruta é transportada - por causa da doença sigatoka negra -, mais técnicos para atender os agricultores, ampliação das pistas de vôos para pulverização dos bananais e o fim dos atrasadores. O preço da caixa de

banana, com 22 quilos, é de R\$ 1,20 e o preço da caixa de embalagem é de R\$1,50. "Está mais cara a embalagem do que o produto. Em todo o país existe a sigatoka negra, mas só Santa Catarina admite e por isso não pode reutilizar as caixas", salientou.

O parlamentar falou sobre as ações do governo para ajudar os produtores, citando que na viagem que fará à China o governador Luiz Henrique da Silveira irá abrir caminho para colocar o produto catarinense no rol das importações chinesas. Santa Catarina é o maior exportador brasileiro de banana, com um faturamento de 17,15 milhões de dólares. Somente no Estado são produzidas mais de 600 mil toneladas de banana por ano. Uma das sugestões tiradas no encontro em Joinville, é de que a banana seja incluída na



Gonçalves: embalagem cara demais

merenda escolar, nas refeições de hospitais, quartéis e outras instituições do Estado. Também está em estudo a fabricação de papel, tendo como base o talo da banana, além da produção de artesanato da fibra da bananeira e ainda material para confecção de bijuterias. (DAB)

Mota relaciona obras no sul

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, informou no dia 21, que o governador Luiz Henrique da Silveira estaria assinando, no dia 22, o edital de licitação para pavimentar a estrada da Serra do Faxinal, que ligará Praia Grande, em Santa Catarina, a Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. "Em seguida, o governador irá a Passos de Torres, onde também repassará recursos para a construção de uma ponte sobre o rio Mampituba, ligando a Torres (RS). Esse é o início da estrada Interpraias, o que permitirá um aumento considerável de turistas gaúchos aos balneários do sul do Estado", adiantou Mota.

Também citou que a obra de construção da pista de pouso e decolagem do aeroporto de Jaguaruna está terminando. "Esta obra era apenas uma promessa que passou de governo em governo, mas Luiz Henrique fez por sua maneira de governar e pensando em todos os municí-

pios do Estado", argumentou.

Destacou ainda, a rodovia que liga Criciúma a Urussanga e Orleans, que está sendo ampliada.

Em aparte, o deputado Genésio Goulart (PMDB) destacou a construção e reforma de escolas. "Também não podemos esquecer do porto de Imbituba, uma promessa de longa data que agora sai do papel", disse.

Reivindicações - O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) aproveitou para solicitar, mais uma vez em Plenário, que seja restabelecida a iluminação da Serra do Rio do Rastro e a recuperação da SC-401, que dá acesso ao norte da Ilha de Santa Catarina.

Vieirão salientou que o término do aeroporto de Jaguaruna foi executado com a ajuda do governo federal. "Dos R\$ 17 milhões gastos para a conclusão, R\$ 12,2 milhões são oriundos da União. Não é uma obra só do governo, temos que ser justos com quem faz." (TK/DAB)

Duduco solidariza-se com secretário

O deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido) voltou a falar sobre as críticas que o secretário de Turismo de Florianópolis, Luiz Ferreira, vem recebendo por parte da imprensa e afirmou que agora está sendo acusado por falar sobre o assunto. De acordo com o parlamentar, um colunista do jornal *Fonte*, de São José, disse que Duduco está se recedendo nas críticas e deveria cuidar mais do seu gabinete. "Eu vou continuar falando, tenho o direito de falar de quem eu quiser, inclusive da imprensa. Cuido muito do meu gabinete e quando alguém estiver errado eu vou

reclamar, sim. E continuo afirmando que falta apoio ao turismo de Florianópolis."

Disse ainda que não há despreparo profissional dos assessores do secretário e que não concorda com a indicação de Beto Barreiros, proprietário do Box 32, para ser o próximo secretário municipal de Turismo.

Há duas semanas, Duduco defendeu Luiz Ferreira, dizendo que ele desenvolve um bom trabalho, mesmo sem a ajuda do prefeito Dário Berger (PSDB), pois sua pasta não tem arrecadação própria e para ter recursos depende de repasse do Executivo. (GMP)

Eccel diz que governo não paga bolsas

As faculdades particulares de Santa Catarina, que assinaram convênio com o Sistema Acafe de ensino no início deste ano, não receberam nenhum repasse de verbas do governo estadual, conforme afirmou o líder do PT, deputado Paulo Eccel, na tarde do dia 27.

“Estava presente no dia em que as faculdades assinaram o convênio com o Estado, junto com vários parlamentares desta Casa. No dia seguinte, este foi o assunto de rádios, jornais e tevês com manchetes que diziam ‘Governo estadual amplia bolsas de estudos para estudantes de escolas particulares’, mas hoje sabemos que ele não repassou um



Petista reclamou da falta de repasses

tostão e quem está bancando são os estudantes e faculdades.”

Eccel disse ainda que ficou surpreso com a falta de informação dos estudantes sobre o Artigo 170. “Os estudantes não conhecem a extensão dos benefícios que o Artigo 170 pode lhes proporcionar. Precisamos informar os catarinenses sobre os benefícios que as leis oportunizam”, salientou.

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) informou, em aparte, que as faculdades que estiverem com os repasses atrasados terão sua situação regularizada até o final do mês de setembro. “Em breve, tudo será solucionado”, garantiu. (TK)

Vieirão quer cópia de relatório do governo

O deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) leu um ofício do secretário de Estado de Coordenação e Articulação, João Matos, encaminhado ao presidente da Santur, Jorge Nicolau Meira, que solicitava que cada secretário setorial, diretor de empresa e autarquia, apresente relatório de número de obras para que seja efetua-



Vieirão: relação de obras “com DNA”

do um comparativo global entre o atual governo e o anterior. O relatório deve conter o número de obras, investimentos e outras ações, referentes à gestão

1999/2002. “Eu me sinto honrado em saber que o governo estadual está preocupado com o número de obras até porque grande parte delas tem o DNA do governo passado”.

Segundo Vieirão, as cópias do relatório deverão ser remetidas às secretarias de Desenvolvimento Regional. “Isso é muito bom e

inclusive já deve estar pronto. Eu também quero um cópia desse relatório. Vai ser um polêmica muito boa e interessante”, disse. (GMP)

Dentinho fala sobre serviços públicos

Ao lembrar em Plenário do Seminário de Segurança Pública e Sistema Prisional ocorrido na semana passada, no Centro Diocesano de Joinville, o deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) criticou o Plano 15 do governo de Luiz Henrique da Silveira no que diz respeito aos serviços públicos essenciais oferecidos aos catarinenses, como segurança pública e fornecimento de água e energia elétrica. Isso, segundo o parlamentar, demonstra “o interesse do governo de que tudo seja privatizado”.

Dentinho afirmou que o governo “ignora o seu plano” quando apóia a municipalização do serviço de água em Joinville, ressaltando que, “se todos os municípios optarem pela municipalização, a Casan acabará”. Ainda em relação aos serviços públicos, lembrou da situação da maior estatal catarinense, a Celsesc, alvo do Executivo que, através de um projeto de lei, defende a privatização da empresa com a venda de ativos da geração de energia elétrica. (SCT)

Aprovados

Título

Como a maior parte das cidades do sul catarinense, Gravatal foi povoada por moradores vindos da Freguesia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, que no passado abrangia toda a região. Visitada por milhares de pessoas de todo o Brasil, que buscam em suas águas termais tratamento para reumatismos, varizes, seqüelas reumáticas, dermatoses secas e equilíbrio da pressão, entre outros males, a cidade recebeu da Assembléia Legislativa, através do Projeto de Lei nº 110/05, de autoria dos deputados Manoel Mota (PMDB) e Vanio dos Santos (PT),

o título de Capital Catarinense das Águas Hidrominerais.

Os parlamentares informam que é a segunda melhor água do mundo, perdendo apenas para Eaux Les Termes, na França. Se for ingerida na medida adequada, contribui para a cura da diurese, intoxicações do fígado e das vias renais, litíase do aparelho urinário e da vesícula biliar, distúrbios provocados pelo ácido úrico, aumento sanguíneo da uréia, colesterol e triglicérides, inflamações crônicas das vias urinárias, síndromes alérgicas e estado endotóxico da estafa. (RV)

Sistema administrativo

A Lei Complementar nº 284/05, que estabelece modelo de gestão para a administração pública estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Executivo foi alterada pelo Projeto de Lei Complementar nº 33/05, aprovado

em Plenário. Com a nova proposta, novos incisos vão instituir o Sistema de Coordenação e Articulação das Ações de Governo e dos Atos do Processo Legislativo, vinculado à Secretaria Estadual de Coordenação e Articulação. (RV)

Ceron elogia Lages

A organização do Campeonato Sul-americano Masculino de Vôlei, que ocorreu entre os dias 14 e 18 deste mês, continua rendendo elogios dos parlamentares ao município de Lages, que sediou o evento. O líder do PFL, Antônio Ceron, parabenizou na tarde de quarta-feira (21) o prefeito da cidade, Raimundo Colombo (PFL) pela organização do evento, que reuniu uma média de cinco mil pessoas em cada partida. De acordo com Ceron, o Ginásio de Esportes Jones Minozzo é um dos melhores do Brasil. “Lages provou que pode receber eventos deste porte.”



Ceron alertou para segurança

Segurança – No entanto, alertou, é preocupante o aumento da criminalidade naquela cidade, principalmente assal-

tos em pequenas necerarias e padari. Isso demonstra, gundo o líder do l na Assembléia Le lativa, como o m cípio precisa de aumento no con gente de policiais litares para fazer r da e estar mais pr mo da comunidade

Entretanto, a nalou Ceron, o pr to do governo – a p vado na semana p sada -, para contr 1.500 soldados te

porários que vão ocupar setores admir trativos, liberando o efetivo mais ant para as ruas, não atende ao município Lages. “Tenho certeza de que Florianó lis precisa desses 205 soldados, Itajaí ceberá 230 e a Região Serrana apenas Precisamos bem mais do que isso, já c este número não atenderia nem o mun pio de Lages”, reclamou. (TK)

Guidi lamenta impunidade

Na opinião do líder do PPS, deputado Altair Guidi, é urgente que o Congresso Nacional ponha fim ao “triste momento” da vida nacional, em que políticos são acusados de corrupção. Em manifestação da tribuna na sessão plenária do dia 22, ele defendeu a punição de todos os parlamentares envolvidos, além da imediata reforma política.

Guidi lamentou que, mesmo sendo anseio da sociedade brasileira, não

parece consenso das lideranças polític nacionais a aprovação da reforma r próximos 10 dias, prazo máximo para c as novas regras já vigorem nas eleiçõ de 2006. “Mais uma vez a classe polít se posiciona na contramão das aspiraçõ da população”, disse, assinalando q “em Santa Catarina prosseguimos, in pendente de partido, fazendo da polít um bom caminho para a promoção bem comum”(MOR)

Onofre apresenta projeto criando o Complexo em SC

Com o objetivo de promover o incremento da geração de emprego e renda, o desenvolvimento tecnológico mediante o apoio à implantação, à reativação, à expansão, à modernização gerencial e à consolidação e ampliação das atividades econômicas dos contribuintes do ICMs, o deputado Onofre Agostini (PFL) apresentou na semana passada ao projeto de lei que cria o Complexo (Programa de Modernização e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social de Santa Catarina). O parlamentar justifica a proposição argumentando que, o Programa surge como uma alternativa fiscal de estímulo ao empreendedorismo com base nas potencialidades catarinenses, aproveitando a crescente internacionalização da economia e do comércio exterior, que mostram-se como possibilidade para o aumento do valor agregado dos bens, mercadorias e serviços produzidos localmente.

O parlamentar justifica que, dentre os principais problemas que afetam o comércio exterior

catarinense, está o acúmulo de créditos do ICMs e a ampliação da possibilidade de transferência de créditos é um pleito legítimo do setor privado. Entretanto, o tema merece tratamento técnico que contemple a responsabilidade fiscal. "A proposição prevê os mecanismos de ampliação de transferências de crédito para aquelas empresas que demonstrarem, através de projeto prévio, que irão investir no Estado através da implantação ou reativação de atividades produtivas e para os contribuintes existentes, desde que invistam na modernização tecnológica, na manutenção e incremento da oferta de mão-de-obra e na melhoria da infraestrutura para a produção de bens e serviços", explicou Agostini.

Ele salientou que o Complexo implica em tratamento tributário diferenciado, de acordo com os termos, condições e limites impostos pelo decreto regulamentador. "Além de trata-



Proposta de Onofre já está tramitando

mento tributário diferenciado que contempla a ampliação da possibilidade de transferência de créditos, o Complexo prevê a existência de regime especial na importação de bens e mercadorias, estímulo à compra de bens de capital para a modernização produtiva, postergação de pagamento do imposto para evitar-se o acúmulo de créditos do ICMs e dilatação de prazo sob a condição do aumento da arrecadação", assinalou. (CA)

Aguiar propõe Medalha do Contestado

Para homenagear pessoas físicas e jurídicas que se destacam ou se destacaram em suas atividades profissionais, artísticas, intelectuais, assistenciais, políticas, educacionais ou econômicas em defesa dos interesses dos catarinenses, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) apresentou projeto de resolução que cria a Medalha de Mérito do Contestado. O anúncio foi feito pelo parlamentar na sessão ordinária da manhã de quinta-feira (22). A outorga da medalha será anual, durante a Semana do Contestado, entre os dias 20 e 27



Deputado Antônio Aguiar

de outubro.

Aguiar destacou que a Guerra do Contestado é o mais contundente e importante fato histórico catarinense, com uma amplitude social, geo-econômica, política e bélica que marca a mais longa e valiosa página da história de Santa Catarina. "Sem ela, nosso Estado não teria as feições geográficas que tem, não teria avultado sua formação econômica, outrora centrada no extrativismo florestal baseado na exploração da erva-mate e da madeira, além da pecuária tradicional iniciada desde os remotos tempos do ciclo tropeiro."(CA)

Dionei comenta déficit habitacional

O deputado Dionei Valter da Silva (PT) destacou em Plenário na semana passada, um dos maiores problemas da sociedade brasileira, o déficit habitacional. "O número de pessoas sem residência ou morando em habitação precária é alarmante", disse Dionei.

No Brasil, informou, cerca de 48 milhões de pessoas, incluindo as que vivem em más condições, não possuem residência própria, ou seja, 12% do total da população. "Em Santa Catarina são cerca de 800 mil pessoas."

Na avaliação do parlamentar, é preciso que haja um amplo debate sobre o déficit habitacional, pois esse índice só tende a crescer. "Não adianta termos o direito constitucionalizado, se não tivermos recursos e condições políticas para realizar as ações".

Em aparte, o deputado Vanio dos Santos (PT) disse que os programas habitacionais terão que ser ampliados e novos projetos deverão ser criados para suprir as necessidades existentes na área, porém, isso requer um custo alto. (TM)

DOS GABINETES

Comenda Dom Pedro II

Em alusão aos 79 anos do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, a entidade instituiu este ano a outorga da "Comenda da Ordem do Mérito Imperador Dom Pedro II", concedida a dez cidadãos que contribuíram sobremaneira para a nova fase da corporação, emancipada da Polícia Militar há dois anos. O deputado Francisco de Assis (PT) recebeu a honraria no dia 26, na sede do Centro de Cultura e Eventos da UFSC, pela luta no Parlamento para aprovação da emenda constitucional que dava autonomia ao órgão, projeto de sua autoria.

A Medalha reverencia dom Pedro II, patrono dos bombeiros, que instituiu a primeira organização bombeiro militar no Brasil, em 2 de julho de

1856, e carrega a história de décadas de uma profissão que zela pela segurança humana. Para o coronel Oliveira, "esta homenagem representa um dia singular que remete desde a ação de dom Pedro à conquista da categoria como 23ª a ser autônoma, visto que até ontem éramos policiais militares prestando serviços de bombeiros". E completa: "Agora constatamos que existe a profissão e os cidadãos ganham um profissional mais qualificado em SC". Com a autonomia administrativa e financeira, os bombeiros passaram a ter cursos com disciplinas específicas à função, bem como as unidades da corporação aumentaram significativamente em dois anos, hoje somando 74 quartéis. (EVT)

Delegacia

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) solicitou ao secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, medidas urgentes para criar, na Delegacia de Otacílio Costa, um setor especializado em atendimento à mulher. "A violência contra a

mulher não escolhe cor, raça, nível social, econômico ou cultural e não tem hora, dia ou local para acontecer. Geralmente vem acompanhada de aliados como a calada da noite, quatro paredes, o alcoolismo e outras drogas", adverte o parlamentar.

Dia do Idoso

Da tribuna, a deputada Odete de Jesus lembrou, no dia 27, do Dia do Idoso e cobrou das autoridades mais respeito aos 118 artigos do Estatuto do Idoso. "O estatuto é lei, mas não é cumprido", afirmou. "O que comemorar hoje, nesta data tão especial?", questionou.

Odete citou o benefício do transporte gratuito, denunciando que as empresas não se interessam por oferecer os 50% de desconto para os idosos. Pelo contrário, "se puderem esconder para evitar a perda de receita, melhor para eles".

A parlamentar propôs aos

demais colegas um desafio: que de hoje em diante haja uma luta ferrenha para fazer acontecer as mudanças em relação aos idosos e defendeu a adesão "de corpo e alma" na defesa desses direitos, em cada um dos municípios que os deputados representam. Exigiu a parceria dos prefeitos e do governador em ações públicas em favor da população com mais de 60 anos. "Sejam fiscais desses direitos. Levemos aos catarinenses a discussão e o esclarecimento sobre o Estatuto do Idoso", completou. (IP)

Isenção

O Plenário aprovou no dia 27, indicação de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL), solicitando isenção de IPVA e ICMS aos veículos adquiridos pelos oficiais de Justiça a serem usados no exercício da função. O pleito do parlamentar foi encaminhado ao governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, e ao secretário da Fazenda, Max Bornholdt.

De acordo com Onofre, "os oficiais de Justiça catarinenses prestam relevantes ser-

viços à sociedade, disponibilizando no serviço público veículos de sua propriedade. Quando em cumprimento de mandados vinculados à assistência jurídica gratuita, não recebem nenhuma indenização, arcando com a totalidade das despesas. Nada mais justo, então, do que solicitar ao governo a adoção das medidas que se fizerem necessárias para a isenção de pagamento de IPVA e ICMS para esses oficiais", justificou o deputado (Liderança do PFL)

Voluntários são agraciados com Medalhas

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

O trabalho social desenvolvido por 40 personalidades físicas e jurídicas de todo o Estado, em prol de crianças, idosos e portadores de necessidades especiais foi homenageado pela Assembléia Legislativa durante sessão solene na noite de ontem, com a entrega da Medalha de Mérito Vida Amábil.

Instituída através da Resolução nº 14/03, de autoria do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (sem partido), a honraria conjuga a luta da menina Vida Machado, filha adotiva do autor da homenagem, que era portadora do vírus da Aids e morreu antes de completar dez anos; e a dedicação humanitária de San-

ta Paulina, que foi canonizada em 2002, cujo nome de batismo era Amábil.

A deputada Ana Paula Lima (PT) falou em nome dos 40 parlamentares que prestaram a homenagem, cada um com uma indicação pessoal (confira no quadro). "Nossa admiração e respeito aos homens e mulheres que fazem diferença nas suas comunidades através de ações voluntárias. Vocês são um exemplo para Santa Catarina e para o Brasil", destacou a parlamentar.

Em seguida, Duduco falou emocionado sobre a saudade da filha e do trabalho social e

filantrópico de Santa Paulina e das pessoas e instituições homenageadas. "Deixem que as pessoas divulguem o trabalho de vocês, que tanto representa para Santa Catarina".

O vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, agradeceu, em nome do governo, a homenagem prestada aos voluntários. "Esse é um dos bons exemplos da

Assembléia, de reconhecimento aos que se dedicam a servir seus semelhantes. Vida e Santa Paulina são grandes exemplos a serem seguidos", ressaltou.

A voluntária Marli Estela de Souza, presidente da AAMHOR (Associação Amigos do Hospital Regional São José), que falou em nome dos homenageados, disse que o trabalho voluntário cresce a cada dia e que o mundo precisa dessas pessoas. "Creio que todas as entidades são pequenas e novas como crianças, mas com o coração grande e o

sentimento voltado à clientela atendida. É preciso que vocês conheçam e vejam o quanto elas precisam de auxílio".

Ao encerrar a solenidade, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), disse que o trabalho voluntário é fundamental para uma sociedade mais fraterna, mais justa e mais solidária. "Esta homenagem é a forma da Assembléia reconhecer essas pessoas. Depois de conhecer é que se pode dimensionar a força do trabalho voluntário". (RMPP)



Cada parlamentar prestou homenagem a uma entidade ou pessoa pelo trabalho prestado à sociedade



A pequena Vida, que faleceu antes dos 10 anos

Homenageados

Deputado

Homenageado

Afrânio Boppré	Associação dos Amigos da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó - Acam
Altair Guidi	Dozalina Rosso Zanette
Ana Paula Lima	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - Apae
Antônio Aguiar	Neusa Furtado de Mello Mendes
Antônio Carlos Vieira	Irmã Isaura Carlessi
Antônio Ceron	Asilo Vicentino de Lages
Celestino Secco	Associação dos Aposentados e Terceira Idade de Itapema
César Souza	Associação Amigos do Hospital Regional São José
Clésio Salvaro	Norma Maria Christ - Irmã Joana
Dionei Walter da Silva	Associação Assistencial dos Deficientes Auditivos e Visuais - Aadv
Francisco de Assis	Maria Loewen
Francisco Küster	Hospital Infantil Seara do Bem
Gelson Luiz Merísio	Saete Danielli Giordani
Gelson Sorgato	Escola Especial Marlene Stieven - Apae de Xaxim
Genésio Goulart	Schirlei Terezinha da Rosa Mendonça
Herneus de Nadal	Rede Feminina de Combate ao Câncer - Maravilha
João Henrique Blasi	Moacir da Silva
Joares Ponticelli	Lar da Menina
Jorginho Mello	Praxedes Andrade Cardoso

Deputado

Homenageado

José Carlos Vieira	Associação Joinvilense de Obras Sociais
José Paulo Serafim	Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos de Laguna
Julio Garcia	Associação Beneficente Nossa Casa
Lício Mauro da Silveira	Sabino Werlich
Manoel Mota	Carlos Alberto Grijó Lacombe
Narcizo Parisotto	Alécio Karnoski
Nelson Goetten	Duílio Gehrke
Nilson Gonçalves	Grupo de Articulação Regional de Ações em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Gradcia
Nilson Machado (Duduco)	Casa Espírita Joana de Lima
Odete de Jesus	Tereza Gelbcke
Onofre Agostini	Vilmarisa Comper da Silva
Paulo Eccel	Anselma Evelina Barni
Reno Caramori	Martha Erna Zardo
Rogério Mendonça	Maria José Stramosk
Romildo Titon	Grupo Voluntários Vida e Cidadania - CVC
Sérgio Godinho	Irmã Elice Lucia Mattana
Simone Schramm	Donalda Bailoni Kalef
Valmir Comin	Sandra Terezinha de Oliveira Silva
Vanio dos Santos	Irmã Enedina Sacketi
Wilson Vieira (Dentinho)	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - Joinville